

**ARQUIVOS DA IMIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA HOSPEDARIA DE
IMIGRANTES DE SÃO PAULO**

Odair da Cruz PAIVA*

Resumo: Desde sua inauguração em 1888 até 1978, a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo atuou na recepção, triagem e encaminhamento de aproximadamente 3,5 milhões de trabalhadores (imigrantes e migrantes internos) para diversos setores da agricultura paulista. Parte significativa da documentação produzida ou depositada nessa Instituição é composta por suportes como: livros de registro, fichas de identificação e listas de bordo. Sobre esses incidem interesses diversos. Por um lado, são fontes que revelam informações importantes sobre a memória (coletiva) da imigração para São Paulo ao passo que, por outro, expõem informações pessoais que podem ser consideradas de foro privado ou pertinentes a outro sentido da memória.

Palavras-Chave: Memória; Direito ao acesso; Documentos de imigração

**ARCHIVES OF IMMIGRATION IN THE CONTEXT OF HOSPEDARIA DE
IMIGRANTES DE SÃO PAULO**

Since its inauguration in 1888 up to 1978, the Hospedaria de Imigrantes de São Paulo acted in the reception, selection and guiding of approximately 3,5 million workers (immigrant and Brazilians workers) for diverse sectors of São Paulo agriculture. Significant part of the documentation produced or deposited in this Institution is composed for personals registers as: books of register, fiches of identification and edge lists. These documents reveal diverse interests. On the other hand, they are sources that disclose important information on the (collective) memory of immigration to São Paulo and at the same time display pertinent personal data that can be considered of private matter or related to another meaning of the memory.

Word-Key: Memory; Access Rights; Immigration Documents

* Odair da Cruz Paiva é Doutor, Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília – Marília – SP – Brasil - E-mail: odairpaiva@marilia.unesp.br

Apresentação

Este artigo foi produzido como contribuição preliminar para as discussões que permearam a mesa-redonda intitulada *Direito à Privacidade x Direito ao Acesso* durante o V Encontro do CEDAP, no campus de Assis, da UNESP em outubro de 2009. Ele tem por objetivo expor algumas questões e desafios que a publicização de informações presentes na documentação sobre a imigração para São Paulo traz para a discussão sobre o direito ao acesso e o direito à privacidade.

A reflexão centra-se nos documentos que compõem o acervo do Memorial do Imigrante na cidade de São Paulo.¹ As recentes iniciativas de organização desse acervo e sua maior visibilidade ao público trazem questões que revelam, por vezes, divergências quanto ao uso das informações presentes na documentação. Em outros termos, revela-se uma aparente dicotomia entre a memória individual e sua utilização enquanto elemento da história em seu sentido social e coletivo. Num plano secundário, embora não menos importante, existem breves e amplas considerações acerca da constituição e percurso histórico do *arquivo histórico*; essas constituem um pano de fundo importante para o debate e a compreensão sobre a multiplicidade de sentidos atribuídos à memória.

Breve histórico da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e apontamentos a documentação produzida pela instituição.

A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo foi inaugurada em 1888 e teve suas atividades encerradas em 1978.² Ela cumpriu, durante seus noventa anos de história, três funções básicas: recepção, triagem e encaminhamento de trabalhadores estrangeiros e nacionais inseridos, prioritariamente, nas grandes propriedades produtoras de café, no interior do Estado. Por suas dependências passaram aproximadamente 3,5 milhões de pessoas sendo, 1,9 milhão de estrangeiros e 1,6 milhão de trabalhadores nacionais, oriundos notadamente da região nordeste do país.

Grande parte da documentação refere-se a registros produzidos na dinâmica dos serviços de recepção-triagem-encaminhamento. Nela encontramos registros individualizados ou de composição familiar cujos suportes básicos são: livros de registro e fichas de identificação. Há que se ressaltar, porém, a existência no acervo

do Memorial do Imigrante (sucedâneo da Hospedaria) de uma variedade de outros suportes documentais; dentre eles, destacam-se os processos da Secretaria da Agricultura nos quais são encontradas informações sobre a política de terras, colonização e povoamento empreendida pelo governo estadual entre o final do século XIX até os anos 1960.

No que se refere à documentação de registro, seu objetivo básico era o controle de informações sobre os imigrantes e migrantes e seu encaminhamento para o destino final. Do ponto de vista dos suportes, esses registros variaram com o tempo; os livros constituíram a primeira e mais longa forma de identificação dessas pessoas. Produzidos desde o início das atividades da Hospedaria, no final do século XIX, eles ainda foram utilizados nos anos 1930.

N.º	NOMES	Permissão	Idade	Sexo	Estado Civil	Nacionalidade	Profissão	Religião	Saber ler	Procedência
632	Juan Antonio	Carroche	63	masc	casado	Portuguez	Agricultor			
3	Angélica	Luciano	64	feum				batiz	na	Estado
4	Robert	Harmon	22	solt	masc	Allema	Mecânico			
5	João	Marque	23	casado		Portuguez	Agricultor			Rio
6	João Pente	Beca	17	masc	solt					na
7	Antonio	Reburo	81							na
5	João dos Santos	Stomente	28		casado					na
6	Joaquina		25	feum						na
1640	Manoel		8	masc	solt					na
1	Maria		2	feum						na
2	Cappel	Alfisi	30	masc	casado	Italiano	Alfaiate			na
3	Fortunata		25	feum			Domestica			na
4	De Carlo	Raffaella	40							na
5	Harido	Vito	10	masc	solt		profess			na
6	Rosa de	Brag	68	feum	viuva		Domestica			na
7	Joaquina	Machado	58	masc	casado	Portuguez	Agricultor			na
8	Maria do	Petrocimo	45	feum						na
9	José	Pires	41	masc	solt					na
1650	Rosa	Reta	41	feum	casado		Domestica			na

Livro de Registro da Hospedaria de Imigrantes. Fonte: Acervo Iconográfico do Memorial do Imigrante.

Após a Segunda Guerra mundial, um novo suporte foi utilizado: pequenas fichas registravam informações sobre os imigrantes e migrantes hospedados. A mudança do suporte documental da informação tem relação com o refluxo da imigração para São Paulo a partir dos anos 1930, o que se refletiu na ausência de grandes levas de trabalhadores que adentravam em suas dependências.

NOME	O S H I R O Seisho		REGISTRO N.º	
			MATRICULA N.º	194
CHEGADA (Santos	12 4, 67	AO E. O. I. C.	
		VAPOR	À HOSPEDARIA	24.4.67
NATURALIDADE	Okinawa		NACIONALIDADE	Japonesa
DATA DO NASCIMENTO	17.8.1932		PESSOAS DE SUA FAMÍLIA (NOME - PARENTESCO - IDADE - PASSAPORTE)	
ESTADO CIVIL	casado			
FILIAÇÃO	-			
PASSAPORTE	C344534-			
ATESTADO	60376 60377			
CARTEIRA (Mod. 19)				
PROFISSÃO				
NO PASSAPORTE	A gric.			
RECLASSIFICAÇÃO				
			Satoko - filha - 29.3.961 "	
			Naoko - " , 11.10.1962 "	
			Atsushi - filho - 17.3.1965 "	
			Manabu - filho - 12.11.1966 passap.do.pae	

(Mod. DPs-1) - 5.000 - S. A.

Fonte: Acervo Documental da Hospedaria de Imigrantes.

A rigor, essa mudança não alterou o teor das informações consideradas indispensáveis na identificação dos trabalhadores. Grosso modo, encontramos na maior parte dos registros, elementos como: nome, idade, sexo, estado civil, nacionalidade, região de procedência, profissão, religião, grau de instrução, composição familiar e lugar de destino (região do estado ou nome da fazenda ou nome do proprietário ou nome indústria, etc.).

Na década de 1970, o encerramento das atividades da Hospedaria produziu um novo olhar sobre esta documentação.³ O término dos serviços de recepção, triagem e encaminhamento determinou o fim da produção desses registros e a possibilidade de apreendê-la em seu sentido *histórico*. Sobre eles, passam a incidir – ao menos potencialmente - interesses de outros sujeitos, dentre estes, fundamentalmente historiadores e sociólogos.

Apesar disso, as possibilidades de uso dessa documentação eram bastante restritas dadas as condições de seu armazenamento e organização. Enquanto registros individualizados, as coletas de informações impunham um trabalho bastante moroso e feito muitas vezes de forma estatística, resultando num conhecimento cuja expressão, no conjunto total da documentação, era bastante parcial e pouco afeito a generalizações confiáveis.

Dadas as dificuldades, pode-se afirmar que, até os anos 1970, o interesse por essa documentação foi restrito. Por parte dos cientistas sociais, sua dispersão e falta de organização dificultava em demasia a pesquisa; por parte do público em geral o interesse foi muito pontual e se resumia a de pedidos de naturalização, espólio, aposentadorias, etc.; para a instituição, era documentação corrente ou de arquivo morto, não incidindo sobre ela um *valor histórico*.

De todo modo, a década de 1970 foi um divisor de águas importante na discussão sobre o direito à memória e sobre a ressignificação de quais agentes participaram ativamente na construção de nosso passado. Em outros termos, o que ocorria na Hospedaria dos Imigrantes fazia parte de um processo mais amplo que, no contexto brasileiro, significava rever noções e posições sobre o sentido e caráter dos arquivos.

Um intrincado longo percurso, iniciado no século XIX, incidiria sobre o que ocorria no plano interno da Hospedaria dos Imigrantes. É preciso esclarecer os elementos gerais desse processo como forma de compreensão dos desafios propostos pelo tempo presente à questão da memória social e individual.

Um *intermezzo* apontamentos sobre o *arquivo histórico*.

O positivismo⁴ engendrou uma *visão de mundo* informada pela crença no progresso, cientificidade do conhecimento, neutralidade e fundamentalmente pela idéia da verdade. Engendrado num ambiente histórico permeado pelo desenvolvimento do capitalismo e pela vitória da sociedade burguesa enquanto possibilidade de ordenamento do mundo, ele fez parte de uma gama complexa de formas materiais e não materiais nas quais se assentavam e reproduziam-se as relações sociais naquele período.

No pensamento historiográfico do século XIX, o positivismo trouxe, três importantes desdobramentos: Em primeiro lugar, a história positivista aceitou o primado das ciências da natureza no século XIX na medida em que incorporou dois de seus pressupostos: a) a crença na neutralidade do conhecimento; b) a incorporação do método, segundo o qual a decodificação das partes e a análise parcial e aprofundada das mesmas resultaria num “todo coerente”, “homogêneo” e “definitivo”. Em segundo lugar, o método positivista, legou para a história uma *época de enriquecimento da história por meio da compilação de enormes quantidades de*

material cautelosamente peneirado, como: anais reservados e patentes, o corpo das inscrições latinas, novas edições de textos e fontes históricas de todas as espécies, e todo o mecanismo de investigação arqueológica (...) ⁵. Em terceiro lugar, alçou a história para o tão almejado *status* de ciência, o que contribuiu para que a mesma pudesse ser apropriada como um instrumento a serviço do Estado e dos interesses da sociedade burguesa.

Nesse contexto, o encontro entre a historiografia positivista e os interesses do Estado possibilitou o surgimento dos *arquivos históricos* em nas suas diversas formas. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, foi uma resposta à necessidade da construção de uma história nacional cujos elementos constitutivos distanciassem a história pátria de sua herança colonial recente.

Segundo Lilia Schwarcz, o IHGB tinha por responsabilidade

(...) construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. Exemplos longínquos dos Centros do Velho Mundo, no Brasil os institutos se propõem a cumprir uma tarefa monumental "colligir, methodizar e guardar" documentos fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais. (...) É portanto, no interior desse processo de consolidação do Estado Nacional, tão marcado por disputas regionais, que toma força um programa *de sistematização de uma história oficial*.⁶

A criação do IHGB representava a necessidade da reconstrução da memória e uma nova história para a jovem nação, a partir dos interesses da Corte instalada no Rio de Janeiro. Desdobrou-se dos trabalhos do IHGB o exemplo clássico da construção de representações sobre a nossa história: uma história capitaneada pela elite branca e de ascendência europeia. Esta representação sobre o verdadeiro sujeito da história e o sentido ideal para o novo tempo, ganhou *status* de ciência no concurso de monografias criado pelo Instituto em 1844.

Nesse concurso, cujo tema era *Como escrever a história do Brasil*, a tese de Karl Friedrich Philipp von Martius foi vencedora. Em linhas gerais, ela propunha uma escrita da história na qual as três raças formadoras de nossa história e cultura formavam um todo harmônico e hierarquizado. Ao branco, coube o papel civilizador, ao índio, a possibilidade de evolução e ao negro a detração. Com esse concurso, o

IHGB era colocado como o lugar produtor da memória nacional e organizador de seu passado, presente e futuro.

Por outro lado, a criação do IHGB engendrou, durante o século XIX, uma disputa sobre a produção e o controle da memória nacional. A criação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano em 1862 e a criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1895 foram respostas das elites regionais à hegemonia do Rio de Janeiro na escrita da história nacional. De qualquer forma, esses Institutos auxiliaram na produção, organização e divulgação da memória histórica nacional, memória esta, marcada pelos interesses da elite nacional e certificada pelo rigor *científico* da historiografia positivista.

Seus arquivos históricos constituíram centros de documentação importantes para aqueles que escreviam a história do país. Com eles, estava aberta a possibilidade e a necessidade da criação de outras formas de produção, guarda e preservação da memória histórica local, regional ou nacional. Durante todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX, foram criados em todo o país vários outros arquivos históricos.

Alguns deles, como o Arquivo Histórico Municipal “Washington Luis”, na cidade de São Paulo, criado em 1907 cumpriam a função de guarda e preservação da documentação produzida pelo poder público municipal. Essa mesma necessidade fez com que surgisse já em 1721 o protótipo do que viria a ser o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nesses arquivos, a ação dos poderes públicos, representadas pela guarda, preservação e catalogação da documentação produzida pelas diversas funções do Estado (através de seus respectivos órgãos, departamentos, secretarias, etc.) tornaram-se referências fundamentais para o *conhecimento* da história. Esse *conhecimento* traduziu-se num *reconhecimento* da importância da ação do Estado e das elites para a escrita da história.

Outros arquivos históricos surgem no bojo do processo de *musealização* da história, como o caso do Arquivo Histórico do Museu Imperial (criado na década de 1940) ou do Arquivo Histórico Nacional - parte do Museu Histórico Nacional - criado em 1922, data do centenário da Independência. Nesses casos, os arquivos históricos são expressões de conjuntos mais amplos de reminiscências de nossa história. Em certa medida, a *musealização* não deixa de ser uma outra forma de arquivo histórico.

A disposição de peças de vestuário, mobília, pinturas ou mesmo a reprodução de ambientes, como encontramos no Museu Imperial em Petrópolis, procuram retratar e garantir a perpetuação de uma história - a da família real, ou da monarquia no Brasil

– que na realidade é uma representação cuidadosamente construída como forma de manter a memória de um pequeno grupo em detrimento de muitos outros que viveram naquele mesmo período. A memória de outros sujeitos da história, evidentemente, não adentra ao Museu Imperial, por razões digamos *razoáveis*, na medida em que se pode argumentar que não faz parte de suas funções. De qualquer forma, o incômodo permanece.

O Museu Paulista, criado em 1895, poucos anos após a Proclamação da República, expressa a necessidade das elites paulistas em inserirem sua importância na história nacional. Nesse caso, a *musealização* segue também a forma clássica positivista. Procura-se o registro da epopéia bandeirante e sua proeminência para a construção da nacionalidade. Ambos os exemplos, nos servem para abrir as possibilidades de compreensão da polissemia que cerca a idéia do arquivo histórico.

Em linhas muito gerais, podemos compreender que a Nova História – oriunda dos Annales e nas suas mais diferentes vertentes – propôs em primeiro lugar, o resgate de novos sujeitos. Contrariamente ao positivismo e idealismo, a nova história procurou trazer para o cenário, personagens outros - camponeses, operários, mulheres, crianças ... - que, com suas ações, contribuíram e contribuem quotidianamente para a construção da história. Em segundo lugar, o resgate de novas fontes. Propôs um alargamento do *material empírico* utilizado pelo historiador: a música, a pintura, os mitos e lendas, todas as formas de história oral, a religiosidade, os ideários ... faziam parte da nova *matéria prima* que o historiador pode se utilizar na reconstrução da história.

Isso representava a possibilidade de uma reconstrução muito mais abrangente do fato, em que as ações dos homens poderiam ser melhor compreendidas e resgatadas. Além disso, os temas aos quais os historiadores passaram a se dedicar tendiam a ser os mais variados; a história da feitiçaria, a história do ideário operário, a história do livro, a história das lutas camponesas... temas que surgiam como objeto de interesse nas pesquisas dos historiadores.⁷

Assim o resgate de *outros vividos* ganhava importância e sentido, criando uma demanda social, política e acadêmica na qual uma mudança na compreensão da natureza e função dos *arquivos históricos* era necessária. No Brasil, a partir das décadas finais do século XX, uma série de iniciativas em organizar acervos que retratassem a *ação histórica dos de baixo* possibilitou, paulatinamente, a constituição de um outro conjunto de arquivos históricos que viriam disputar espaço com aqueles mencionados anteriormente.

A partir dos anos 1970 foram criados arquivos e centros de documentação como o Centro de Estudos Migratórios (CEM), Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) na UNICAMP, Centro de Documentação e Memória (CEDEM) na UNESP, Memorial do Imigrante (ligado à Secretaria de Estado da Cultura), Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Esses são alguns dentre tantos criados na cidade de São Paulo nos anos 1970 e exemplos de um universo extremamente amplo se considerarmos o país como um todo.

Em seus acervos, temas como movimento operário (AEL, CEDEM, CPV) possuem relevância; entretanto, questões como os deslocamentos populacionais (CEM, Memorial do Imigrante) e trabalhos de resgate da memória de líderes de movimentos sociais ou apenas – o que não significa em menor grau de importância – o registro de trajetórias de indivíduos anônimos estão presentes nos trabalhos desenvolvidos por essas e outras instituições congêneres. A criação desses espaços foi resposta aos dilemas presentes na sociedade brasileira, especialmente no período da ditadura. Do ponto de vista político, era fundamental a construção de uma idéia de história na qual a presença e a participação dos setores populares fosse revelada e seu potencial crítico transformador valorizado.

Com a emergência dessas novas expressões de *arquivos históricos* estava aberto o campo de contenda sobre o(s) lugar(es) de construção da história. Uma batalha um tanto subterrânea começava: a disputa pela memória histórica. Nessa contenda, os lados da disputa representam momentos distintos da compreensão sobre a construção da história, mas o *troféu* também possui sua identidade própria. A idéia de memória guarda suas especificidades; há diferentes níveis para sua compreensão, bem como todo um debate acerca da noção se memória e história são elementos que se hibridam de forma consensual.

Um sentido no qual a memória é parte da história tem sido defendido já há algumas décadas.⁸ Memória coletiva, memória individual, memória institucional, memória oficial, etc. Nos fundamentos desse debate está a idéia na qual a memória é parte da história mas que o resgate da história pressupõe uma operação muito mais complexa, envolvendo teoria, metodologia, subjetividade do historiador, escolha de fontes, intencionalidades na produção do conhecimento, etc.

Segundo Ulpiano Meneses,

A memória como construção social é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da

identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psíquico-social de representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações.⁹

Os *arquivos históricos* são expressões da memória. Essa assertiva – a princípio nada inovadora mas retomada em tempos de neo-liberalismo e de globalização - produziu condições para que um novo debate surgisse no campo historiográfico e que foi marcado pela idéia de um relativismo do conhecimento histórico que ganhou expressão a partir dos anos 1990. Nele, uma história *pós-moderna* surgia como possibilidade de reunião de perspectivas nas quais o saber histórico é sempre relativo, parcial, indutor e que a verdade não fazia parte do conhecimento neste campo da produção intelectual humana.¹⁰

Ellen Wood em seu ensaio *O que é a agenda pós moderna*, aponta para o fato de que,

O fio principal que perpassa todos esses princípios pós modernos é a ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano. As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o self humano é tão fluído e fragmentado (o sujeito descentrado) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para a solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma “identidade” social comum (uma classe) e uma experiência comum, em interesses comuns. (...) O que de imediato chama a atenção é que o pós-modernismo, que parece combinar tantos aspectos de diagnósticos anteriores sobre o declínio de épocas, mostra-se extraordinariamente inconsciente de sua própria história.¹¹

Numa história *pós-moderna*, a subjetividade dos sujeitos – presentes e pretéritos – é o fio condutor fundamental do conhecimento desdobrando-se num ceticismo quanto à produção considerada científica e numa crítica ao conhecimento pretérito produzido pelos historiadores. O relativismo do conhecimento histórico e sua incapacidade na produção de verdades¹² criou um terceiro termo na contenda, produzindo uma tríade que expõe os limites do debate acerca da questão da história – enquanto área do conhecimento – e do papel/função dos arquivos históricos.

Essas considerações procuram inserir a mudança de sentido sobre a documentação da antiga Hospedaria de Imigrantes num contexto mais amplo e num ambiente cujo debate sobre os sentidos da memória, a função dos arquivos históricos e os embates no campo da historiografia inevitavelmente incidiriam sobre a ressignificação desse arquivo em particular.

Direto (coletivo) à memória e direito à privacidade

O fim da produção de registros a partir de 1978 com o encerramento das atividades da Hospedaria criou uma distância cada vez maior entre os novos *documentos* produzidos a partir de então e aqueles das décadas anteriores. Nos anos 1980 - e particularmente com a criação do Centro Histórico do Imigrante em 1982- abre-se um caminho para que os registros pudessem ser tratados de forma a subsidiar pesquisas relativas à imigração para São Paulo. Retoma-se a curiosidade e interesse de historiadores e arquivistas sobre essa documentação de modo a produzir as primeiras iniciativas para sua classificação, organização e publicização.



VISTA GERAL DO DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO - 1ª FASE ANTERIOR A 1911 - VENDENDO-SE: (1) Edifício Central: Administração e Dormitórios - (2) Refeitório e Cozinha - (3) Enfermaria - (4) Hospital - (5) Depósito de Frutas - (6) Sanitários - (7) Triagem Médica - (8) Estação e Bagageiro - (9) Portão Principal - (10) Agência Oficial de Colocação - (11) Agência Postal, Telégrafo e Câmbio - (12) Portão da Rua Almeida Lima

Fonte: Acervo Iconográfico do Memorial do Imigrante

Paralelamente, o aumento do interesse nos pedidos de dupla cidadania – em consonância com o maior afluxo da migração de brasileiros para a Europa, Estados Unidos e Japão - fizeram com que os descendentes de imigrantes afluíssem à antiga Hospedaria em busca de informações sobre seus antepassados. Tratava-se de uma nova entrada naquele espaço: os descendentes dos imigrantes encontraram na antiga Hospedaria não mais um espaço de acolhida, mas sim, um lugar de resgate da memória de seus antepassados. Esse interesse contribui para a *aceleração do tempo* da organização do acervo, ao passo em que colocava sujeitos *não acadêmicos* no conjunto de interesses no resgate da história da imigração para São Paulo.

Em outros termos, surge nos anos 1980 uma expectativa de acesso à documentação, facilitada pelos trabalhos de organização e informatização; essas agilizavam os processos de pesquisa e de resgate das informações que interessavam tanto ao público acadêmico quanto ao público em geral. Essa expectativa pressupunha um direito ao resgate da memória e criava uma dupla compreensão sobre ele.

De um lado, uma compreensão acadêmica da imigração enquanto fenômeno coletivo; de outro, uma compreensão individual e privada da imigração enquanto resgate da história/trajetória familiar. Ambas apontavam para diferentes perspectivas sobre o direito à memória. Por se tratar de registros pessoais, foi no *campo* do teor das informações que surgiram divergências entre esses dois *coletivos* sobre o direito à privacidade e o direito ao acesso.

O contexto de produção dos registros da Hospedaria de Imigrantes não era, digamos, um ambiente muito controlado. Quando os imigrantes adentravam às suas dependências, os grupos eram encaminhados para a sala de registro na qual os funcionários faziam a escrituração dos livros. Nesse momento, uma série de fatores contribuía para a cristalização de informações que, em muitos casos, não condiziam com a realidade.

Os *erros* mais comuns se davam na transcrição dos nomes dos imigrantes nos livros; esses eram resultado de uma interlocução falha entre falantes de línguas diferentes ou da incompreensão dos funcionários dos dialetos e mesmo da sonoridade das falas. Por vezes, para a rapidez dos registros, nomes eram abreviados, como o caso de um nome italiano bastante comum, Giovanni Batista, que se transformava em Gio.Batta.

Por outro lado, o momento do registro cristalizava outras histórias. Um fato comum no contexto migratório era o arranjo de famílias nos portos de embarque ou mesmo durante a viagem. Dada a preferência pelo trabalho da força familiar, muitos casamentos eram *acordados* entre os imigrantes. Talvez, situações mais comuns fossem a agregação de indivíduos - que viajavam sozinhos – em núcleos familiares menores. Após a inserção desses trabalhadores em seus locais de destino, esses *acordos* eram desfeitos e cada qual seguia seu caminho na nova terra.

Existem casos de homens registrados como sendo do sexo feminino; equívocos em idades (chefes de família registrados com três anos de idade) ou regiões de procedência; esses *erros* cristalizaram-se nos livros de registro ou nas fichas de identificação. Casos de imigrantes classificados como apátridas ou refugiados são comuns nos registros do pós Segunda Guerra Mundial. Todas essas situações, transformadas em *registros históricos* e ressignificadas como fontes para estudos de imigração, por vezes, contrastam com a memória familiar da imigração produzindo ambientes de recusa ou pedidos de alteração na documentação.

Assim, algumas questões foram postas para a gestão desse tipo de documentação. Como publicizar informações pessoais resultantes de um contexto ou de um ambiente de produção como este? Interesses *privados* de preservação da memória podem determinar ou limitar os interesses *coletivos* sobre essa documentação? No caso da política de acesso à documentação na Hospedaria de Imigrantes, a alternativa seguiu as linhas gerais de divulgação de documentos já em uso em outras instituições e, evidentemente, as legislações vigentes.

O avanço dos trabalhos de organização e informatização da documentação propicia, atualmente, um acesso universal (pessoal ou via internet) às informações constantes nos livros de registro; ¹³ esses compreendem o período entre 1882 (quando eram produzidos na Hospedaria do Bom Retiro, antecessora da Hospedaria dos Imigrantes no bairro do Brás) até os anos 1930. As informações das fichas de registro - suporte documental básico da identificação dos imigrantes entrados no período pós Segunda Guerra (1947-1978) – estão parcialmente disponíveis na internet. Nesse caso, informações de caráter mais geral como nome, nacionalidade, profissão, região de origem, etc., estão acessíveis e, dado que muitos dos imigrantes estão vivos, outras podem ser conseguidas mediante termos de responsabilidade. Pesquisas acadêmicas que utilizam essa documentação são possíveis mediante assinatura de termos de responsabilidade específicos.

Casos pontuais nos quais surgem dúvidas de descendentes de imigrantes quanto ao teor da documentação ou mesmo por parte de pesquisadores, são esclarecidos pelos funcionários do Memorial do Imigrante responsáveis por esses registros. A prática – ao menos naquela Instituição - tem demonstrado que é possível compatibilizar os interesses que se inserem tanto na dimensão coletiva quanto na dimensão privada dessas informações.

Disputa pela Memória e pelo Passado

Mesmo equacionados os interesses entre o uso *privado* e o uso *público* da documentação da antiga Hospedaria dos Imigrantes, os apontamentos acima nos permitem ainda uma incursão sobre o *direito ao acesso* e o *direito à privacidade*. Na historiografia, desde Marc Bloch e Lucien Febvre, o tema da reescrita da história tem seu espaço garantido. O que os fundadores da Escola dos Annales defendiam era o retorno que cada tempo presente faz ao passado. Dessa forma, é possível compreender outras dimensões do tempo pretérito, revisitá-lo, reescrevê-lo na medida em que a cada presente, abrem-se novas questões e desafios.

Nessa perspectiva, o passado reescrito a cada novo presente, cria um campo fértil para novos saberes e conhecimentos, tornando o conhecimento sobre o passado algo variável, mutável e objeto de constantes reinterpretações. Se do ponto de vista acadêmico podemos apreender essa dinâmica como algo inerente à provisoriedade da verdade (em seu sentido parcial e não absoluto) na escrita da história, na perspectiva da memória, trata-se da sua resignificação constante, de acordo com os interesses dos sujeitos, suas relações de classe, suas subjetividades, etc.

Paralelamente a isso, a democratização do acesso às informações de arquivos, tem dado cada vez mais visibilidade às formas pelas quais a história foi inscrita pelos sujeitos que nos precederam. Enquanto sujeitos, suas subjetividades e intencionalidades nos legaram informações cuja interpretação e usos adentram a um campo de disputa pela memória e reescrita do passado. Casos como os arquivos do período ditatorial são emblemáticos. Quando publicizados revelam o poder daqueles que detêm os instrumentos para a *escrita* de uma história que, no tempo presente, julgamos que deva ser necessariamente *reescrita*.

A disputa pela memória e pelo passado é algo que transcende uma contenda que visa o seu monopólio por um grupo ou outro. No caso dos registros sobre a

imigração da Hospedaria dos Imigrantes, não se trata da defesa sobre a sua *veracidade* ou como a história das migrações foi inscrita pelos sujeitos que detinham o poder do registro. Trata-se, fundamentalmente, do direito ao acesso a essas fontes e da liberdade de (re) interpretação sobre elas à luz das questões postas pelo presente.

Nesse sentido, nenhum interesse que iniba este direito pode se colocar acima da democratização do acesso. Evidentemente, casos pontuais como a publicização de nomes de indivíduos ou sua relação com situações de constrangimento que ferem a dignidade humana devem ser considerados. Mas, mesmo nesse caso, existem formas de preservar a privacidade sem que o uso coletivo seja impedido.

A disputa pela memória supõe a construção de um campo democrático para que ela possa se concretizar livre dos monopólios e dos poderes que, em prol de um *direito ao esquecimento*, impedem o livre trânsito do presente ao passado e seu retorno ao presente. O *direito ao esquecimento* trata exclusivamente de um direito cujo âmbito se resume ao foro privado. Como tal, deve ser preservado em prol da construção da própria noção de democracia, entretanto, não pode servir como impeditivo do acesso ao passado, à memória.

A democratização radical do acesso às informações, facilitada pelas novas tecnologias (informática), por procedimentos arquivísticos que congregam equipes multidisciplinares compostas por arquivistas, museólogos e historiadores e pelos avanços no campo jurídico do acesso às informações, tem sido elementos norteadores do trabalho na Hospedaria dos Imigrantes.

Recebido para publicação em novembro de 2009.

Aprovado para publicação em novembro de 2009

Notas

¹ Em 2008 foi publicado na Revista Patrimônio e Memória do CEDAP artigo que discorre com mais detalhes sobre a variedade da documentação presente no acervo da Hospedaria dos Imigrantes. Ver: PAIVA, Odair da Cruz. Desafios da Informatização de Documentos Sobre a Imigração Pós Segunda Guerra Mundial para São Paulo. *Patrimônio e Memória (UNESP. Online)*. , v.4, p.1 - 20, 2008

² PAIVA, Odair da Cruz. MOURA, Soraya. Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 2008

³ Entre as explicações para o encerramento das atividades da Hospedaria, deve-se considerar o fato da diminuição dos fluxos migratórios para São Paulo a partir dos anos 1960. Por outro

lado, importante notar também que, a partir da década de 1970, o Brasil passou a ser um país de emigração, dada a saída de brasileiros para o Paraguai e o início da emigração para os Estados Unidos, Europa e Japão.

- ⁴ Conjunto de idéias e princípios filosóficos, políticos e religiosos elaborados pelo francês Augusto Comte (1798-1857) através de várias obras. No plano filosófico, o termo positivismo designa realidades antagônicas, ou seja, o útil se antepõe ao inútil, o real ao irreal, o relativo ao absoluto. Para Comte, a humanidade – por ele denominada Grande Ser – se desenvolve através de três estados ou modos de pensar: o teológico, o metafísico e o positivo. Essas regras que conduzem o espírito humano constituem “lei dos três estados”. O estado positivo é, pois, o término de uma evolução na qual o indivíduo alcança o saber definitivo, isto é a ciência. Esse estado só pode ser atingido pelo método de observação e experimentação o que levou o filósofo francês a estabelecer uma diferença entre ciências concretas e abstratas. Para estas, propôs uma classificação estabelecida em ordem lógica e cronológica: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia, às quais acrescentou mais tarde a moral. Para Comte, não existe nem o infinito nem o absoluto. “ Tudo é relativo e isso é a única coisa absoluta” dirá ele num axioma que se tornou a máxima fundamental do positivismo. A Natureza humana evolui obedecendo leis históricas. O estudo da sociedade compreende dois aspectos, um estático, outro dinâmico. O primeiro estabelece a ordem e o segundo o progresso. Assim, há um só tempo, doutrina e método, o positivismo fornece os instrumentos para o funcionamento de qualquer sistema político, ou seja, a ordem e o progresso. (...) In: AZEVEDO, Antônio Carlos Amaral. Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.p. 361/2.
- ⁵ COLLINGWOOD, R.G. A Idéia de História. Lisboa. Ed. Presença, p.p. 165
- ⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993, p.p. 99
- ⁷ Embora não seja do escopo deste trabalho, é importante marcar o fato de que a Escola dos Annales influenciou a produção historiográfica brasileira a partir dos anos 1980 de maneira bastante significativa. Desde os anos 1970, a necessidade da construção de uma *história social* que fizesse contraponto com a história positivista e com o marxismo de matiz estruturalista havia criado um ambiente propício para que muitos dos elementos dos Annales fossem absorvidos e reinterpretados pelos historiadores brasileiros. Cito a seguir algumas obras que foram influenciadas pela *história social* e que, em certa medida, igualmente expressaram as preocupações dos Annales. DE DECCA, Edgar - 1930 O Silêncio dos Vencidos; DE DECCA - Maria Auxiliadora G. - A Vida Fora das Fábricas - Cotidiano operário em São Paulo - 1920-34; DIAS, Maria Odila L.S. - Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX; SOUZA, Laura de Mello - Desclassificados do Ouro, SEVCENKO, Nicolau - Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultura na 1a. República; CARVALHO, José Murilo de - Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, SP, Cia das Letras.
- ⁸ Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses foi um dos historiadores que apontaram com bastante propriedade os termos do debate. Ver: MENESES, Ulpiano B. T. A História, Cativa da Memória. Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: V.34, 1992, p.p. 9-24
- ⁹ MENESES, Ulpiano Bezerra T. de A Crise da Memória ... op. cit. p.p. 15
- ¹⁰ WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy. Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1999
- ¹¹ WOOD, Ellen. op.cit. p.p. 13
- ¹² Ver: WOOD, Ellen. op.cit.
- ¹³ Ver o site: www.memorialdoimigrante.sp.gov.br